



**CONSELHO DELIBERATIVO
GESTÃO 2024/2027
REUNIÃO ORDINÁRIA**

ATA Nº 08/2026

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em reunião ordinária, realizada de forma virtual, participaram os seguintes membros do Conselho Deliberativo IPAM-FAPS: Gustavo da Silva Machado (titular), membro nato na condição de Presidente do IPAM; Luciano Roque Piccoli (titular), Presidente do Conselho Deliberativo; Auro Luís da Silva (titular); Bruce Marlon Costa (titular); Lívia Cristina Brum Ries (titular); e Pedro Augusto Luchese Irigonhe (titular). Registra-se, ainda, a ausência por motivo(s) justificado(s): Greice Maria Feiten (titular); e Marilei Ferraro (titular). Esteve presente também Pedro Augusto Zago Stracke – Diretor Administrativo do IPAM. A presente reunião teve como pauta: 1. 2º Encontro Previdenciário dos Membros de Comitês de Investimentos e Conselheiros de RPPS, a ser realizado pela AGIP em parceria com o IPAM, em Caxias do Sul, nos dias 9 e 10 de setembro de 2026; 2. Retorno sobre o evento Encontro Regional de Legislativos Municipais (ERLeg), organizado pelo TCE-RS em Caxias do Sul, em 26 de junho; 3. Retorno sobre o Seminário da Previdência Social, organizado pela CUT/RS em Porto Alegre, em 19 de julho; e 4. Assuntos gerais. Após a abertura da reunião, o primeiro tema da pauta foi apresentado pelo Presidente do IPAM, Gustavo, sobre a realização do 2º Encontro Previdenciário dos Membros de Comitês de Investimentos e Conselheiros de RPPS. O evento, que será realizado no Bloco J da Universidade de Caxias do Sul, será realizado pela AGIP, em parceria com o IPAM, nos dias 9 e 10 de setembro de 2026. Gustavo pontuou a importância da presença dos membros do Conselho no evento, visto que será realizado na própria cidade, facilitando o comparecimento (e o custeio) de todos. Em deliberação após sugestão do membro Bruce, definiu-se que a Reunião Ordinária do mês de setembro será realizada durante o evento e, havendo demandas inadiáveis para o mês seguinte, convocar-se-á reunião extraordinária em setembro. Os conselheiros possuem até o



3
26 dia 27 de julho para confirmar presença – disponibilizando tempo hábil ao IPAM para realizar a
27 contratação das inscrições. Ao abordar a segunda pauta, o Encontro Regional de Legislativos Muni-
28 cipais (ERLeg), organizado pelo TCE-RS em Caxias do Sul, em 26 de junho, Gustavo comentou o
29 IPAM foi convidado pelo TCE-RS para palestrar, como case de sucesso, sobre os Impactos da refor-
30 ma previdenciária realizada no Município em 2022/2023. Como não estava na cidade no dia do
31 evento, Gustavo passou a palavra ao Diretor Administrativo, Pedro, que acompanhou o evento.
32 Pedro iniciou discorrendo que o evento abordou principalmente a Reforma Tributária e o papel
33 dos Legislativos (pelo turno da manhã) e a Importância da Reforma Previdenciária para o Equilíbrio
34 Financeiro e Atuarial do RPPS (parte da tarde). Na parte da tarde, os auditores do Tribunal de Con-
35 tas do Estado abordaram principalmente os desafios encontrados durante as reformas. Dados in-
36 dicam que existem mais de 2.100 RPPS no Brasil, sendo que o estado do Rio Grande do Sul con-
37 centra o maior número de Regimes Próprios, 330 em um total de 497 municípios (cerca de 66%).
38 Destes Regimes Próprios, apenas 129 (cerca de 39%) já realizaram suas reformas. A importância
39 das reformas tem peso ainda maior no Estado, considerando os dados apresentados pelos pales-
40 trantes: Nova formatação do gráfico etário, onde a pirâmide invertida encontrada nas décadas de
41 1970 e 1980 (com aproximadamente 5,8% da população com mais de 60 anos) deu lugar ao gráfi-
42 co barril na atual década (20,1% de idosos – número esse bem superior à média do Brasil, com
43 15,6%); aumento da expectativa de vida; e cidades com médias de longevidade maiores do que
44 em outras regiões do País. Após os dados apresentados, o Diretor Financeiro do IPAM, Vinícius de
45 Vargas Bacicheto, realizou a apresentação sobre a reforma previdenciária do IPAM. Nos dez minu-
46 tos designados à sua fala, Vinícius apresentou aos participantes como se deu o processo (necessi-
47 dades, propostas apresentadas) e quais os resultados colhidos desde a vigência da reforma (valo-
48 res em custódia e investimentos – que saíram da casa dos 400 milhões para próximo dos 890 mi-
49 lhões em junho de 2026) - Gustavo complementou que, caso a reforma não fosse implementada
50 em 2022/2023, hoje a parte patronal seria responsável pela maior parte do custeio previdenciário
51 dos servidores, estimando-se na faixa de 70% a 80%. Após a fala de Vinícius, como o evento teve



5
52 como objetivo a conversa com Municípios ainda sem reforma previdenciária, os auditores pales-
53 trantes retornaram pontuando as competências de cada poder (Executivo e Legislativo) no proces-
54 so, principais diretrizes e pontos de atenção a serem analisados, bem como a abrangência das re-
55 formas. Por fim, abriu-se espaço para perguntas e respostas. Na terceira pauta, tratada sobre o re-
56 torno do Seminário da Previdência Social, organizado pela CUT/RS em Porto Alegre, em 19 de ju-
57 lho, os membros participantes do seminário Auro, Bruce e Luciano relataram que o evento reuniu
58 cerca de 100 pessoas, dividindo as palestras em 8 pautas. Pela manhã: 1. Realidade demográfica e
59 o envelhecimento acentuado; 2. Os impactos da previdência nos setores desprotegidos, como, por
60 exemplo, os trabalhadores por aplicativos; 3. Previdência Complementar e Fundo de Pensão; 4.
61 Propostas de mudança das contribuições. Pela tarde: 1. Crise da pirâmide etária; 2. Sistema Jurídico
62 e as perícias médicas para a concessão de benefícios; 3. Desafios dos Regimes Próprios e o fim
63 do Regime Jurídico Único?; e 4. Correlação de esforços e mudanças políticas: “O que queremos?”.
64 Após os relatos dos dois eventos, mais dados foram trazidos por Gustavo, sobre notícias que cor-
65 roboram com a redução da natalidade e aumento da expectativa de vida: a nível Brasil, a Lei de Di-
66 retrizes Orçamentárias – LDO 2027 traz possibilidade – nas próximas décadas – de redução dos va-
67 lores destinados à educação, em torno de 30 bilhões de reais; em contrapartida, estima-se aumen-
68 to de 121 bilhões de reais na saúde, com a justificativa de que “a população de maior idade de-
69 manda proporcionalmente mais serviços de saúde” –
70 [https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/05/02/governo-alerta-para-impacto-do-](https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/05/02/governo-alerta-para-impacto-do-envelhecimento-da-populacao-sobre-sistemas-previdenciario-e-de-saude.ghtml)
71 [envelhecimento-da-populacao-sobre-sistemas-previdenciario-e-de-saude.ghtml](https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/05/02/governo-alerta-para-impacto-do-envelhecimento-da-populacao-sobre-sistemas-previdenciario-e-de-saude.ghtml). Auro comple-
72 menta que, na década de 1950, cada família tinha 6 filhos em média; em 2020, dados apontam
73 média de 1,6 filhos por família. Lívia discorreu sobre os valores apresentados na Avaliação Atuarial
74 referentes aos repasses realizados pelo Município ao Fundo Capitalização: 106 milhões em 2023,
75 159 milhões em 2024, 219 milhões em 2025, e estimativa de 253 milhões para 2026, e que é im-
76 portante cuidar da sustentabilidade e quais os efeitos colaterais destes repasses. Além de Lívia,
77 Auro e Gustavo acreditam que em 2027 deverá ser discutida a possibilidade de “compra de vidas”



7
78 por parte do atuário. Por fim, é de consenso entre os membros de que é necessária a busca de al-
79 ternativa para entrada de recursos, visto que o modelo atual (contribuição apenas de servidores e
80 patronal) tende a colapsar no futuro. Na última pauta, os assuntos gerais foram: (I) andamento
81 das atualizações sobre o projeto de compra do terreno para a nova Sede e Farmácia do IPAM –
82 Gustavo comentou que, na reunião mensal do Comitê Interno de Governança (CIG) do mês de ju-
83 nho, a gestão do Instituto entende que este não é o momento ideal para dar continuidade ao pro-
84 jeto (posicionamentos adotados pelos Srs. Vereadores, SINDISERV e servidores em geral, a situa-
85 ção de dificuldade financeira do município, assim como a época pré-eleitoral), considerando, por-
86 tanto, oportuno retirá-lo de pauta; (II) Certificação Pró-Gestão RPPS – Após questionamento de
87 Bruce, Pedro considera muito positiva a assessoria prestada pela contratada Águia Educação e So-
88 luções Executivas LTDA, principalmente na compilação de dados e documentos necessários, bem
89 como auxílio na elaboração de documentos (manuais, mapas, etc). Sobre o Censo Previdenciário,
90 Pedro pontua também que a minuta do Decreto de implantação está em análise (apesar da obri-
91 gatoriedade de alcançar 80% de servidores ativos, 80% de servidores inativos e 80% de pensionis-
92 tas, para a certificação no Pró-Gestão é necessária apenas a comprovação que o Censo teve início).
93 Por fim, haverá reunião com o Controle Interno Municipal no dia 4 de agosto, às 14h, para alinhar
94 as atividades obrigatórias daquele setor para a certificação do Pró-Gestão; (III) Nos próximos me-
95 ses, deverá ser discutida e encaminhada proposta para alteração na legislação do IPAM-FAPS, vi-
96 sando o período de mandato dos membros, com o objetivo de alterar de três para quatro anos.
97 Esta mudança visa aproveitar o conhecimento dos atuais conselheiros, levando em consideração,
98 também, a necessidade das certificações de novos membros. Não havendo mais assuntos a serem
99 tratados, por volta das dezesseis horas, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que vai
100 confirmada pelos conselheiros, servindo como atestado de comparecimento para fins de controle
101 de frequência, devendo ser encaminhada para publicação no site do IPAM.